

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Miguel de Oliveira Frozza

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NOS GOVERNOS**  
**ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL PÓS 1988**

**Porto Alegre**

**2012**

**MIGUEL DE OLIVEIRA FROZZA**

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NOS GOVERNOS ESTADUAIS  
DO RIO GRANDE DO SUL PÓS 1988**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para a obtenção do grau em  
Bacharel em Ciências Sociais, à Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Mauricio Assumpção Moya

**Porto Alegre**

**2012**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais e irmãos pelo apoio, incentivo e estímulo que me ofereceram durante toda a vida. A eles dedico esta conquista como gratidão.

Mas vocês, estudantes de todo o mundo, jamais se esqueçam de que por trás de cada técnica há alguém que a empunha e que se alguém é uma sociedade e que se está a favor ou contra essa sociedade. Que no mundo há os que pensam que a exploração é boa e os que pensam que a exploração é ruim e que é preciso acabar com ela. E que mesmo quando não se fala de política em nenhum lugar, o homem político não pode renunciar a essa situação imanente à sua condição de ser humano. E que a técnica é uma arma e que quem sinta que o mundo não é tão perfeito quanto deveria ser deve lutar para que a arma da técnica seja posta a serviço da sociedade, e antes, por isso, resgatar a sociedade, para que toda a técnica sirva à maior quantidade possível de seres humanos, e para que possamos construir a sociedade do futuro – qualquer que seja seu nome – essa sociedade com a qual sonhamos e a que chamamos, como lhe chamou o fundador do socialismo científico, “o comunismo”.

Michael Löwy

## **RESUMO**

Essa monografia propõe realizar uma descrição e análise das políticas de juventude nos governos estaduais do Rio Grande do Sul a partir de 1988. Desse modo, o estudo procurou identificar quantas políticas de juventude cada governo elaborou e quais os tipos de políticas foram produzidas. Também foram analisadas as condições demográficas, sociais e econômicas da população jovem do RS. Foi constatado que as políticas do tipo universalistas são predominantes e que não houve um processo de crescimento linear das políticas de juventude no RS.

Palavras chaves: juventude, políticas de juventude, tipologia de políticas públicas, critérios de locação, benefício público, benefício privado.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: população jovem gaúcha de 15 a 20 anos.....	23
TABELA2: população jovem gaúcha por faixas etárias.....	24
TABELA 3: população jovem no RS por sexo.....	25
TABELA 4: desocupação e ocupação da população jovem de Porto Alegre....	27
TABELA 5: nº. de registros de nascimento entre 2003 a 2010 no RS entre as mães jovens.....	29
TABELA 6: nº. de registros de nascimento entre 2003 a 2010 no RS por faixas etárias da juventude.....	31
TABELA 7: índices de óbitos no RS entre 2003 a 2010 por faixa etária na juventude.....	32
TABELA 8: índices de óbitos violentos no estado do RS entre 2003 a 2010 por faixa etária na juventude.....	34
TABELA 9: índices de óbitos no RS entre 2003 a 2010 por faixa sexo.....	35
TABELA 10: número total de políticas de juventude por governos.....	51
TABELA 11: tipos de políticas por governos.....	52

## LISTA DE ABREVIATURAS

- CECA – Conselho Estadual da Criança e do Adolescente
- CEDICA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente
- CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola
- CONJUVE- Conselho Nacional de Juventude
- CPDA – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, agricultura e Sociedade.
- CPPJ – Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- EMATER-RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FEBEM - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
- FEE – Fundação de Economia e Estatística
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
- OIJ – Organização Ibero-Americana de Juventude
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PME- Pesquisa Mensal de Emprego
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PT – Partido dos Trabalhadores
- POD – Programa de Oportunidades e Direitos
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão dos Jovens

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PROUNIRS – Programa Universidade Para Todos Rio Grande do Sul

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SJDH – Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNB – Universidade Nacional de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. OBJETIVOS.....	14
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
3. CONCEITO DE JUVENTUDE.....	19
4. TIPOLOGIA DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
5. A CONDIÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM GAÚCHA.....	23
5.1. DEMOGRAFIA DA POPULAÇÃO JOVEM NO RS.....	23
5.2. JUVENTUDE E TRABALHO NO RS.....	26
5.3. JUVENTUDE E GRAVIDEZ NO RS.....	29
5.4. JUVENTUDE E MORTALIDADE NO RS.....	32
6. METODOLOGIA.....	36
7. HIPÓTESES.....	39
8. ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO RS.....	40
8.1. GOVERNO PEDRO SIMON.....	40
8.2. GOVERNO SINVAL GUAZZELLI.....	40
8.3. GOVERNO ALCEU COLLARES.....	40
8.4. GOVERNO ANTÔNIO BRITTO.....	41
8.5. GOVERNO OLÍVIO DUTRA.....	45
8.6. GOVERNO GERMANO RIGOTTO.....	46
8.7. GOVERNO YEDA CRUSIUS.....	48
8.8. GOVERNO TARSO GENRO.....	49
9. QUANTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO RS.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa realizar uma descrição das políticas públicas para a juventude nos governos estaduais do Rio Grande do Sul pós 1988. Na concepção mais tradicional das ciências sociais, a juventude se constituiu como um foco de estudos sociológicos e alvo de políticas públicas, associando-se a questões de desordem social e a problemas de violência e abuso de drogas. Por outro lado, a juventude é apresentada como sendo uma fase de transição da infância para a vida adulta, que demanda um esforço coletivo de preparação, um processo de socialização. Esta fase de transição é marcada por etapas organizadas de incorporação do jovem ao mundo do trabalho: fim do processo de escolarização, a experimentação da vida afetivo-sexual, saída da casa dos pais, constituição de um domicílio próprio e de uma unidade familiar. Dentro desta perspectiva qualquer outra forma de expressão de cultura juvenil seria entendida como um comportamento desviante do processo de socialização dos jovens e o que deveria ser corrigido pela ação das políticas de Estado. Assim nascem as primeiras políticas de juventude em meados do século XX, muitas delas elaboradas para corrigir o comportamento desviante dos jovens, focalizando principalmente questões relacionadas à violência e drogas.

A partir dos anos 1980, novos movimentos juvenis começam a se organizar, estabelecendo assim novos padrões culturais para a juventude, tais como: movimento Punk, Hip-Hop, movimentos de jovens ligados à religiosidade, questões raciais e étnicas, juventude rural e outros. A partir daí a concepção de juventude ligada à condição de estudante perde força. O movimento estudantil e as juventudes partidárias perdem o monopólio da representação das demandas juvenis. Estes novos grupos dão início a um novo debate sobre o conceito de juventude e de políticas públicas para juventude, trazendo demandas não existentes antes, tais como reconhecimento da diversidade cultural, saúde, emprego, moradia e educação para as minorias sociais do campo e das cidades. Desta forma o próprio conceito de juventude antes utilizado nas políticas de juventude passou a ser discutido. Agora não se trata apenas de uma juventude, mas de várias juventudes, cada uma com suas

próprias características sócio-econômicas e portadoras de demandas específicas.

As políticas públicas de juventude passam a associar múltiplas dimensões em sua ação, como coloca a pesquisadora do IPEA Luseni Aquino:

Conceitualmente, estas políticas de juventude, associam os aspectos de proteção social com os de promoção de oportunidades de desenvolvimento: de um lado, visam à garantia de cobertura em relação às várias situações de vulnerabilidade e risco social que se apresentam para os jovens: de outro buscam oferecer oportunidades e riscos de experimentação e inserção social múltiplas, que favoreçam a inserção social dos jovens nas varias esferas da vida social. (AQUINO, 2009)

Em meio a este debate, a ONU declara o ano de 1985 como o Ano Internacional da Juventude, como uma maneira de assegurar e promover o debate sobre os direitos políticos, sociais, econômicos e de cidadania da juventude. Em 1998 é realizada a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, que resultou na Declaração de Lisboa sobre a Juventude. No ano de 1988 também é realizado o Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, onde surgiu o Plano de Ação de Braga. Na Declaração de Lisboa os países membros das Nações Unidas se comprometem a promover o intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional na elaboração, avaliação e execução de políticas para juventude. Já o Plano de Braga reconhece a juventude como um setor importante para o desenvolvimento social, cultural e econômico das nações e reconhece uma serie de direitos de proteção social para a juventude, visando estimular também a promoção dos direitos humanos para este setor.

Outro fato de importância significativa para o processo de institucionalização das políticas de juventude na agenda internacional da ONU foi à criação do Instituto da Juventude da Espanha, que convocou a Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Juventude Ibero - América. Em 1992, na VI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Juventude foi criada formalmente a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), com a participação de 21 países membros: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia,

Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Bolívia.

Como podemos observar a partir dos anos 80 a temática de políticas para juventude ganha importância mundial nas agendas de governos e organizações internacionais, mostrando um processo de institucionalização desta temática nas agendas políticas das nações, tornando a juventude um foco prioritário de políticas públicas e debate dos governos.

No Brasil, já nos anos 2000, a partir da Presidência de Luís Inácio Lula da Silva, ocorre um fenômeno da abertura da administração pública no Brasil, através da criação de conselhos e conferências. Também ocorre uma retomada por parte do governo federal na criação de políticas públicas e programas sociais. Neste cenário, a partir de 2004, o governo inicia um amplo debate sobre a necessidade de o país ter uma política nacional de juventude, que tivesse um foco de execução em vários aspectos da vida social, econômica e cultural dos vários segmentos das juventudes. A partir deste contexto a própria concepção de políticas de juventude começa mudar no país, não vendo mais o jovem como um problema social de violência e segurança pública, mas como um *sujeito de direitos*, que devem ser reconhecidos nos espaços públicos como um cidadão de demandas legítimas. (Abramo, 2005)

Em 2005 é criada a Secretaria Nacional da Juventude, ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República, com objetivo de articular os programas do governo federal para juventude existente em diversos órgãos. Também é criado o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), órgão que faz a articulação entre esferas governamentais e sociedade civil.

Em 2007 a Política Nacional de Juventude passou por uma reformulação, já que cada ministério tinha sua política de juventude com critérios, objetivos e metas próprios. Foi criado o programa *ProJovem Integrado*, a partir da unificação de seis programas<sup>1</sup>, com o objetivo de universalizar critérios, metas, objetivos e um plano de execução integrado

---

<sup>1</sup> 1) *ProJovem Saberes da Terra*, 2) *Saberes da Escola* e 3) *Saberes da Fábrica*, 4) *Consórcio Social da Juventude* e 5) *Juventude Cidadão*.

destes seis programas. A partir destes critérios o programa ProJovem Integrado é subdividido em quatro modalidades: *ProJovem Urbano*, *ProJovem Trabalhador*, *ProJovem Adolescente* e *ProJovem Campo*. O programa procura atender um público alvo de 15 a 29 anos e é coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude em Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No Rio Grande do Sul, a partir de 2011 no governo de Tarso Genro, foi criada uma Coordenadoria de Juventude, ligada diretamente a Secretaria de Direitos Humanos, demonstrando que a temática da juventude ganha espaço nas agendas dos governos, partidos, movimentos sociais e ONGs. Também em 2011 ocorre a II Conferência Estadual de Juventude, promovida pelo governo do Rio Grande do Sul com objetivo de reunir vários segmentos das juventudes no debate das políticas públicas para a juventude no Estado.

Nesse trabalho será realizada uma análise descritiva das políticas públicas de juventude no RS e também será feita uma análise das políticas de juventude através da tipologia criada pelo cientista político André Borges (2010). Também será analisado o perfil da população jovem no estado do RS nas últimas décadas com dados retirados da FEE e IBGE, realizando uma discussão teórica sobre o conceito de juventude e uma revisão bibliográfica de artigos já publicados sobre o tema.

O objetivo desse estudo é conferir quais tipos de políticas públicas para juventude são mais predominantes no Rio Grande do Sul. Para tal será primeiramente feito uma análise das políticas, seguindo a tipologia criada por André Borges. Depois será verificado qual tipo de política foi mais predominante nos governos estaduais do Rio Grande do Sul pós 1988.

Desta forma a pergunta que irá orientar este trabalho é: quais tipos de políticas públicas de juventude foram predominantes dos governos estaduais do Rio Grande do Sul pós 1988?

Também será analisado o perfil da população jovem no estado do RS nas últimas décadas com dados retirados da FEE e IBGE e uma revisão teórica

sobre o conceito de juventude. Ainda será feita uma revisão bibliográfica de artigos já publicados sobre o tema. E também será verificado se a criação da Coordenadoria Estadual de Juventude do RS foi resultado de um crescimento linear das políticas de juventude no período analisado.

A relevância da elaboração deste trabalho de pesquisa se deve ao fato de que muitos trabalhos já analisaram o quadro geral de políticas públicas para a juventude do governo federal ou focalizando em uma política pública para a juventude específica. Mas poucos trabalhos foram produzidos, analisando as políticas de juventude criadas pelos governos estaduais do RS. Este trabalho de pesquisa tem a intenção produzir um novo conhecimento sobre o tema.

Este trabalho se constituirá num documento que servirá de orientação teórica e estratégica na elaboração de políticas públicas para a juventude no RS, procurando dar um mapa geral do assunto nas últimas duas décadas e problematizando a ação dos governos estaduais na elaboração de políticas públicas para juventude. Finalmente, espero que este trabalho possa servir de base de orientação para gestores públicos, movimentos sociais juvenis, ONGs e militantes da temática na elaboração de futuras políticas públicas ou programas sociais para a juventude no Estado e municípios do Rio Grande do Sul.

## **1. OBJETIVOS**

### **Objetivo geral**

Realizar uma descrição das políticas de juventude no Estado do RS pós 1988 e analisar as tipologias das políticas de juventude elaboradas pelos governos estaduais.

### **Objetivos específicos**

1. Identificar se há ampliação das políticas públicas para juventude no estado do Rio Grande do Sul desde 1988.
2. Verificar se a Coordenadoria de Juventude foi resultado de um processo de institucionalização das políticas para juventude no RS.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O campo de estudo da sobre políticas para juventude fortaleceu-se a partir dos anos 90. Muitos livros e artigos foram publicados analisando as políticas de juventude do governo federal.

A pesquisadora da USP Marília Pontes Sposito e o pesquisador da UFF Paulo César Rodrigues Carrano analisam no artigo "*Juventude e políticas públicas no Brasil*"<sup>2</sup> quais são os caminhos percorridos pelos municípios brasileiros para ter acesso às políticas para juventude do governo federal, no período de 1995 a 2002.

Neste artigo os autores analisam os 33 programas criados pelo governo federal durante este período. Procurando trabalhar com a concepção da juventude como sendo um "*sujeito de direitos*", constatam que as políticas elaboradas até o momento ainda trabalhavam na lógica da juventude como sendo um problema social. Estes também criticam a inexistência de uma execução centralizada, de processos de avaliação e principalmente de mecanismos para a sociedade civil e movimentos sociais participarem da elaboração e execução das políticas para juventude.

Os mesmos autores também trazem em seu artigo os exemplos dos municípios de Belém-PA, Uberlândia-MG-MG, onde a abertura institucional para a participação dos movimentos juvenis em conselhos gestores de juventude ligados a uma secretária ou coordenadoria melhorou consideravelmente a elaboração e execução das políticas públicas para juventude nestes municípios.

A pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Elisa Guaraná de Castro em seu artigo "*Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político*", analisa a construção da identidade da juventude rural como um ator político e as políticas públicas para juventude rural existentes. Elisa coloca em seu artigo que as políticas públicas devem ser construídas com a participação daqueles que se identificam

---

<sup>2</sup> Artigo publicado na Revista Brasileira de Educação N° 24, em setembro de 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf> >

enquanto juventude rural, e critica o excesso de critérios exigidos para se ter acesso a políticas como *Nossa Primeira Terra*<sup>3</sup> e *Pronaf Jovem*<sup>4</sup>, o que acaba dificultando o acesso de alguns jovens a esses programas. Elisa também irá colocar que na elaboração de políticas públicas para juventude rural deve-se levar conta os fatores culturais que criam esta identidade específica.

No artigo “*Por um novo paradigma do fazer políticas-políticas de/para/com a juventude*” a pesquisadora da Unesco Mary Garcia Castro e a professora Mirian Abramovay da Universidade Católica de Brasília, criticam as políticas pública de juventude criadas sem a participação da sociedade civil organizada. Em defesa um novo paradigma para as políticas de juventude que envolva a participação de movimentos juvenis em sua elaboração, como colocam:

Caberia pensar não apenas em políticas públicas para a juventude, mas em políticas de/para/com juventudes, o que significa rejeitar políticas impostas por governos e, ao mesmo tempo, não minimizar o papel do Estado. É do Estado o papel de legislar, administrar e implementar políticas públicas em consonância com a sociedade civil. (CASTRO e ABRAMOVAY. 2002. pag.38)

Outra pesquisadora a tratar sobre as políticas públicas para a juventude é Maria Angela Silveira Paulilo em seu artigo “*Juventude e políticas sociais públicas*”<sup>5</sup>. A autora considera a juventude como sendo uma construção social, que portanto varia de sociedade para a sociedade e de época para época. A autora também realiza um breve estudo sobre as políticas públicas para a juventude no município de Londrina – PR e identifica em três dimensões de organização e execução das políticas para juventude no município. A primeira é o próprio poder público municipal organizado juntamente com membros da sociedade civil. A segunda diz respeito à setorização destes serviços que

---

<sup>3</sup> Linha de financiamento especial para a juventude rural – parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – programa coordenado pelo Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA). Informações disponíveis em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito/2444654>>.

<sup>4</sup> Linha crédito para jovens agricultores em idade entre 16 a 29 anos, que tenham estudo em escolas técnicas agrícolas. Informações disponível em: < <http://www.juventude.gov.br/guia/principais-programas-de-juventude/pronaf-jovem>>.

<sup>5</sup> Artigo publicado: JEOLÁS; PAULILO; CAPELO. (Org.). *Juventude, desigualdade e diversidade*. Londrina. Editora eduel, 2007.

devem buscar uma execução conjunta de várias secretarias existentes. E a terceira é controle e participação da comunidade dentro dos conselhos gestores.

Paulilo finaliza seu artigo colocando a necessidade de pensar políticas públicas que consigam atender a grande diversidade de segmentos jovens existentes atualmente. Também ela coloca que é necessário incentivar a criação de espaços de aprendizagem para a participação social, para que os próprios jovens possam estar participando no debate e elaboração das políticas.

O debate sobre políticas públicas para juventude não fica apenas restrito ao campo acadêmico, pois esta temática tem estado cada vez mais presente nas agendas políticas de governos, movimentos sociais e sociedade civil. Em 2006 foi realizado o “Seminário Juventude Rural em Perspectiva” na cidade do Rio de Janeiro, organizado pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais e Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Este seminário contou com a presença de vários pesquisadores da área, membros dos movimentos sociais, sociedade civil e órgãos de governo. A realização deste seminário gerou a publicação do livro “Juventude Rural em Perspectiva”, organizado por Maria José Carneiro e Elisa Guaraná de Castro.

### 3. CONCEITO DE JUVENTUDE

Pode parecer fácil de lidar com o conceito de juventude inicialmente, mas este envolve um amplo debate acadêmico sobre a sua definição. A socióloga Helena Abramo, define a idéia central de juventude como:

[...] o estágio que antecede a entrada na vida social plena e que, como situação de passagem, compõe uma condição de relatividade: de direitos e deveres, de responsabilidade e independência, mais do que os da criança e não tão completos quantos os dos adultos. (ABRAMO, 1994. pag. 11)

Helena também mostra que:

[...] até anos 1960, a visibilidade da juventude ficou restrito a jovens escolarizados de classe média, situação que condensava o significado da condição juvenil; o debate se dirigia então para o papel que os jovens (principalmente por intermédio dos movimentos estudantis, da contracultura e do engajamento em partidos políticos de esquerda) jogavam na continuidade ou transformação do sistema cultural e políticos que recebiam como herança. (AMBRO, 2005).

Já para o sociólogo Pierre Bourdieu a concepção de juventude é socialmente construída nas sociedades (BOURDIEU 1983. P. 112-121). Para ele o que existe na verdade é uma fronteira de disputa entre a juventude e velhice, com o fator biológico de idade sendo socialmente manipulado segundo os interesses de grupos. Nesta fronteira existe uma relação de poder entre os participantes de um mesmo campo social, devindo quais são os deveres e os espaços que cada participante deve ocupar dentro do campo em disputa.

Bourdieu também coloca em seu texto sobre o contexto da classe social da juventude, mostrando que a concepção de juventude se construiu entre os filhos da burguesia e da classe média. Já que estes tinham sua entrada no mundo adulto postergado em função do sistema escolar que propiciava a oportunidade desses viverem uma fase de vida onde poderiam ter vivências do mundo adulto, mas sem responsabilidades. Já os filhos da classe operária, somente puderam viver partes dessa fase de vida, pois logo já entravam no

mundo trabalho, assumindo assim ainda muito novos as responsabilidades de adultos. Desta forma Bourdieu alerta sobre a existência não apenas de uma juventude, mas de várias juventudes, cada uma com suas próprias condições sociais e históricas.

Outra percepção de juventude, que vêm se devolvendo no Brasil nos últimos anos, é da juventude sendo um "*sujeito de direitos*", sendo uma categoria social com demandas legítimas e devem ser reconhecidas nos espaços públicos. Mesmo não possuindo uma grande teorização em cima deste termo, ele tem sido amplamente usado no Brasil quando se trabalha com políticas de juventude por conceber ao público jovem direitos de cidadania e direitos humanos. Além disso, o Estado brasileiro reconhece como população jovem todos os cidadãos brasileiros com idade entre 15 a 29 anos, conforme normatização estabelecida através da criação do Estatuto da Juventude<sup>6</sup>, em 05 de maio de 2011.

Em conformidade com o debate brasileiro, este estudo usará a concepção de juventude como sendo indivíduos em idade entre 15 a 29 anos e sendo estes *sujeitos de direitos*, que devem ter suas demandas e cidadania reconhecidas nos espaços públicos.

---

<sup>6</sup> Disponível em : < <http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/DIREITOS-HUMANOS/203600-CAMARA-APROVA-O-ESTATUTO-DA-JUVENTUDE.html> >

#### 4. TIPOLOGIA DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a análise das políticas públicas de juventude no RS, neste trabalho será usado o modelo analítico elaborado por Borges (2010), que propõe um modelo de classificação de políticas públicas para o Brasil, a partir da análise do próprio sistema brasileiro. Para a montagem de sua tipologia o autor parte primeiramente da crítica sobre a tipologia elaborada por Desposatto, onde este coloca que em áreas mais pobres o eleitorado prefere políticas de acessos a bens privados (cesta básica, saco de cimento e etc) e de característica clientelistas. Já em áreas mais desenvolvidas economicamente, o eleitorado preferia políticas públicas de acesso a bens públicos (escolas, hospitais, saneamento básico) com características universalistas, o que levaria uma maior profissionalização das políticas.

Para Borges esta tipologia é errônea a partir do momento que considera certa homogeneização das demandas e preferências do eleitorado brasileiro. Borges primeiramente nós coloca que ao elaborar uma tipologia para políticas públicas deve-se levar em consideração a grande heterogeneidade do eleitorado e diversas dimensões que envolvem essas políticas. Desta forma Borges elabora uma tipologia onde devemos levar em consideração as dimensões dos benefícios (privado/público), e a dimensão dos mecanismos de alocação (indivíduos/ municípios/ regiões). Borges ainda coloca:

Estabelecendo duas possibilidades quanto ao tipo de benefício produzido pela política pública (privado ou público) e outras duas quanto ao critério de alocação (político - partidário ou universalista) temos a seguinte matriz 4x4:

Tipo de Benefício	Critério de alocação	
	Político – partidário	Universalista
Privado	Clientelista (I)	Focalização de recursos (III)
Público	Política distributiva (II)	Universalista (IV)

Fonte: BORGES. 2010, pág. 130.

Na célula I são políticas que possuem características das relações clientelistas, que envolvem a distribuição de bens privados a indivíduos, como por exemplo: cesta básica, dinheiro por compra de votos, matéria para construção e etc. Já na célula II são classificadas políticas que permitem distribuição de bens públicos com critérios particulares, por exemplo, uma verba para construção de uma escola conseguida via uma emenda parlamentar de um deputado, que visa atender uma região ou município onde este possui um número de votos significativos para sua base eleitoral.

Na célula III temos uma situação de distribuição de bens privados com critérios universalistas. Programas de bolsa de estudos como *PROUNI*<sup>7</sup> ou de distribuição de renda como *Bolsa Família*<sup>8</sup> seguem estes critérios. São políticas que dão acesso a um bem privado ao um indivíduo específico, mas os critérios destes programas são elaborados com base em indicadores sociais e econômicos.

Na célula IV constam as políticas que distribuem bens públicos com critérios universalistas. Políticas como construção de rede de esgoto, estradas, escolas, hospitais, que seguem critérios de indicadores sociais. Nesta categoria ficam as políticas de caráter universal que não excluem determinados indivíduos município/região. Também podemos colocar nesta categoria políticas ambientais ou direitos humanos de governo que abarcam toda uma população do são garantidas por critérios constitucionais.

---

<sup>7</sup> Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criada em 2005 pelo governo federal e foi institucionalizado pela Lei nº 11.096, com o objetivo de conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em instituições privadas de ensino superior. Informações disponíveis em: < [http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=124&Itemid=140](http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140) >

<sup>8</sup> Programa de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza, criado pelo governo federal durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Informações disponíveis em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> >

## 5. A CONDIÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM GAÚCHA

### 5.1. Demografia da população jovem do RS

A partir de dados estatísticos retirados da FEE, nessa parte do trabalho será construído uma análise sobre a demografia da população jovem no estado do Rio Grande do Sul, abrangendo o período de 1970 a 2011. No site na FEE constam dados populacionais de pesquisas do ano de 1970, 1980 e 1991. E também consta dados populacionais a partir de 2000, sendo os seguintes.

Tabela 1: População jovem gaúcha de 15 a 29 anos entre 1970 a 2011

<b>Ano</b>	<b>População jovem no RS</b>	<b>Total da população do RS</b>	<b>Porcentagem</b>
1970	1.836.159	6.664.841	27,5%
1980	2.352.938	7.773.849	30,2%
1991	2.418.533	9.138.670	26,4%
2000	2.590.361	10.187.798	25,4%
2001	2.610.126	10.260.330	25,4%
2002	2.622.306	10.316.752	25,4%
2003	2.636.961	10.371.315	22,5%
2004	2.647.991	10.425.735	25,3%
2005	2.654.075	10.479.714	25,3%
2006	2.656.559	10.530.809	25,2%
2007	2.654.357	10.575.263	25,0%
2008	2.651.311	10.613.565	24,9%
2009	2.647.052	10.652.327	24,8%
2010	2.640.642	10.693.929	24,0%
2011	2.632.704	10.735.890	24,5%

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Disponível em:

<[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_populacao.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php)>

Na tabela 1 observa-se que a juventude representa 1/4 da população gaúcha, um número considerável. Também se pode notar que houve uma ampliação dessa população nos anos 1970, e uma estabilização a partir da década de 1990.

Tabela 2: Distribuição da população jovem gaúcha por faixa etária entre 1970 a 2011

<b>Ano</b>	<b>15 a 19 anos</b>	<b>20 a 24 anos</b>	<b>25 a 29 anos</b>	<b>Total</b>
1970	45.0%	31.0%	24.0%	1.836.159
1980	38.0%	34.0%	28.0%	2.352.938
1991	33.0%	33.0%	34.0%	2.418.533
2000	37.0%	33.0%	30.0%	2.590.361
2001	37.0%	33.0%	30.0%	2.610.126
2002	36.0%	34.0%	30.0%	2.622.306
2003	35.0%	35.0%	30.0%	2.636.961
2004	34.0%	35.0%	31.0%	2.647.991
2005	34.0%	34.0%	32.0%	2.654.075
2006	33.2%	34.8%	32.0%	2.656.559
2007	33.0%	34.0%	33.0%	2.654.357
2008	32.9%	33.7%	33.2%	2.651.311
2009	33.0%	33.0%	34.0%	2.647.052
2010	33.0 %	33.0%	34.0%	2.640.642
2011	33.0%	33.0%	34.0%	2.632.704

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_populacao.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php)>

A tabela 2 mostra a distribuição da população jovem no RS por faixa etária entre 1970 a 2011. Como pode se observar no quadro acima, nas últimas décadas houve um equilíbrio na distribuição da população jovem no RS por faixas etárias, não havendo uma grande diferença numérica entre elas. Somente no ano de 1970 a população entre 15 a 19 anos representou 45% da população jovem, mas nos anos seguintes esta proporção diminuiu.

Outro importante aspecto para realizar uma análise por faixas etárias sobre a população jovem é procurar dar suporte de dados estatísticos para elaboração e planejamento das políticas públicas de juventude. Como coloca a antropóloga Regina Célia Reyes Novaes:

A Secretaria Nacional de Juventude tem feito constantemente apelos para que os diferentes ministérios, no planejamento e na execução das políticas públicas setoriais, considerem as singularidades do público jovem, levando em conta suas estratificações etárias – de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos -, assim como tem buscado parcerias com instituições de pesquisa e planejamento para o tratamento e a desagregação das informações estatísticas oficiais disponíveis, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as juventude brasileira. (NOVAES, 2009. pág. 21)<sup>9</sup>

Pensar a estratificação por idade das políticas de juventude também é relevante se consideramos a juventude como não sendo uma categoria social homogênea, mas com diferenças culturais, sociais e econômicas muito profundas. Desta forma quando a Secretaria Nacional de Juventude orienta os demais ministérios e órgãos do governo a levarem em conta as diferenças existentes dentro da juventude, isto mostra uma mudança significativa na concepção do tipo de política pública para juventude que esta sendo elaborada pelos governos.

A tabela 3 traz a distribuição da população jovem do RS por sexo entre o período de 1970 a 2011.

---

<sup>9</sup> NOVAES, Regina Célia Reyes. *Prefácio*. In: CASTRO; AQUINO; ANDRADE. (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília. IPEA, 2009.

Tabela 3: Distribuição da população jovem no RS por sexo entre 1970 a 2011

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
1970	1.836.159	49.0%	51.0%
1980	2.352.938	49.0%	51.0%
1991	2.418.533	49.0%	51.0%
2000	2.590.361	50.3%	49.6%
2001	2.610.126	50.3%	49.6%
2002	2.622.306	50.3%	49.6%
2003	2.636.961	50,2%	49.8%
2004	2.647.991	50.2%	49.8%
2005	2.654.075	50.2%	49.8%
2006	2.656.559	50.2%	49.8%
2007	2.654.357	50.2%	48.8%
2008	2.651.311	51.0%	49.0%
2009	2.647.052	50.1%	49.9%
2010	2.640.642	50.2%	49.8%
2011	2.632.704	50.2%	49.8%

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_populacao.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php)>

Pode-se observar pela tabela 3 que até 1991 as mulheres formavam a maioria da população jovem no RS. A partir dos anos 2000 os homens tornaram-se a maioria entre a população jovem no RS. Também podemos notar nas últimas décadas que houve um equilíbrio na distribuição entre homens e mulheres em idade de juventude, com pouca variação.

## **5.2. Juventude e trabalho no RS**

A partir de dados coletados através da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE foi possível diagnosticar os índices de ocupação e desocupação da população jovem da região de Porto Alegre, abrangendo o período de 2006 a 2012. A Pesquisa Mensal de Emprego oferece dados atualizados mês a mês,

sobre os índices de ocupação e desocupação nas grandes capitais. Porém serão analisados apenas os dados de janeiro de cada ano citado.

Tabela 4: Índices de desocupação e ocupação da população jovem de Porto Alegre entre 15 a 24 anos, durante o mês de janeiro de 2006 a 2012

Ano	Desocupação	Ocupação
2006	45.9	18.6
2007	42.8	18.4
2008	41.8	18.1
2009	39.9	17.5
2010	41.2	15.9
2011	40.5	17.3
2012	38.7	16.7

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>

Pela tabela 5 observa-se que os índices de desocupação da população jovem no RS são muito maiores que os de ocupação. Mas observa-se que tanto os índices de desocupação e ocupação estão caindo deste de 2006. Para muitos pesquisadores as altas taxas de desocupação entre os jovens estão associadas ao fato destes ainda possuírem um nível de escolarização baixo o que levaria as restrições para entrada ao mundo do trabalho. (GONZALEZ. 2009. Pág. 111)

Por outro lado, mesmo os jovens que se encontram no grupo com ocupação, ou seja, estão empregados no mercado de trabalho, na maioria dos casos acabam ocupando postos que exigem menor qualificação profissional e, conseqüentemente, são os postos com as piores condições de trabalho. Estes grupos de jovem acabam sendo expostos a baixos salários e, em muitos casos, sem carteira assinada, entrando assim no mercado informal.

Em função desta precariedade da condição do jovem no mercado de trabalho, no início dos anos 90, no Brasil começou-se a pensar políticas de qualificação profissional do jovem para o mercado de trabalho. Mas estas políticas logo se mostraram insuficientes, já que as taxas de desemprego continuavam em alta e os jovens continuavam a serem contratados para os

postos com piores condições de trabalho. Chegou-se a conclusão que não adiantava apenas qualificar o jovem ao mercado de trabalho, já que próprio mercado não tinha vagas para empregar toda a massa trabalhadora. (GONZALES. 2009. pág. 124)

Para tentar solucionar este problema foram pensadas em *políticas de incentivo à contratação*, que procuram reduzir os encargos das empresas quando da contratação de um trabalhador jovem. O Estado se responsabiliza também em pagar em forma de algum subsídio parte do salário do trabalhador jovem, e desta forma o empregado não sai prejudicado. Estas políticas visam garantir a permanência do jovem no trabalho por um período suficiente, no qual poderá adquirir a experiência necessária. Um exemplo, deste tipo política no estado do RS foi à criação do *Programa Primeiro Emprego*<sup>10</sup>, durante o governo de Olívio Dutra do PT. Este programa posteriormente serviu de modelo para a criação do *Programa Nacional de Estímulos ao Primeiro Emprego (PNPE)*, durante a presidência de Lula. Mas este tipo de política também possui suas deficiências, como por exemplo, já que a contratação de mão de obra jovem é barata, em muitos casos não chega ser muito vantajoso para uma empresa entrar em um programa deste.

Outra perspectiva que se desenvolveu sobre políticas de trabalho para juventude seria de procurar incentivar o empreendedorismo juvenil, através de políticas de crédito especial para juventude para abertura de negócio próprio ou cooperativado. Os que defendem estas políticas alegam que elas são interessantes a partir do momento que não encaminham os jovens para ocupações já saturadas. Mas desenvolveriam um espírito empreendedor nos jovens e incentivariam o surgimento de novos mercados, gerando desta forma mais postos de trabalho e renda. (GONZALES. 2009. pág. 124)

Essas políticas também possuem suas limitações, já que muitos alegam dificuldades em manter pequenos negócios e poderiam em muitos casos correrem o risco de aumentar o trabalho informal dentro da juventude. Além do mais o sucesso de um negócio próprio depende, em muitos casos, da conjuntura macroeconômica. Se a conjuntura macroeconômica encontra-se em

---

<sup>10</sup> Programa criado em 30 de julho de 1999 e regulamentado pela Lei Estadual nº. 11.363. Informações em: < <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id287.htm> >

momento de crise as chances de um negocio próprio dar certo reduzem significativamente. (GONZALES. 2009. pág. 124)

Para os pesquisadores da área, uma boa política de emprego para a juventude seria aquela que procura adiar a entrada do jovem no mercado de trabalho e que eleva o nível de escolarização da população jovem. Isso ocorreu em 2005 no governo federal, a partir da criação do programa *ProJovem*, que procura adiar a entrada do jovem ao mercado de trabalho, via o pagamento de uma bolsa e, ao mesmo tempo, procura aumentar o grau de escolarização da juventude. Para participar do programa o jovem deve estar cursando o Ensino Médio, Ensino Técnico ou EJA (Educação para Jovens e Adultos). (GONZALES. 2009. pág. 124)

### **5.3. Juventude e gravidez no RS**

Através de dados retirados das estatísticas de registro civil, disponível no site do IBGE, foi possível analisarmos os índices de gravidez entre as jovens mulheres no RS, abrangendo o período de 2003 a 2010. Na tabela abaixo registra-se os números de nascimentos entre 2003 a 2010 por ano, com mães em idade de menos de 15 anos a 29 anos.

Tabela: 5: Nº. de registros de nascimento entre 2003 a 2010 no RS, com mães faixa etária de menos de 15 anos a 29 anos

Ano	Nº. de nascimento
2003	104.956
2004	106.844
2005	103.296
2006	97.375
2007	90.809
2008	91.315
2009	89.353
2010	88.348

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/> >

Na tabela observa-se que o número de nascimentos registrados entre as mães em idade de juventude é consideravelmente alto no estado do RS; em 2006 apresenta o número de registros mais altos com 106.844 nascimentos. Também se pode notar pela tabela acima que os números de nascimentos entre as mulheres jovens vêm decaindo ao longo dos anos, registrando no ano de 2010 88.348 nascimentos. Para as pesquisadoras do IPEA, Natália de Oliveira Fontoura e Luana Simões Pinheiro avaliam a idade de gravidez da seguinte forma:

Cabe lembrar que a faixa de idade hoje considerada precoce para a gravidez foi, durante muitas décadas, no Brasil, a mais adequada para ter filhos. Como os casamentos ocorriam muito cedo e muitas meninas viam-se como esposas tão logo se tornavam *moças*, a reprodução no contexto conjugal começava cedo. A diferença em relação à atualidade está caráter majoritariamente *ilegítimo* das gerações nesta idade e no fato de que hoje se espera que as meninas invistam em outros campos da vida durante a adolescência. A *modernização* da sociedade brasileira, a crescente urbanização, a maior disponibilidade de métodos contraceptivos, a expansão da escolaridade e a grande mudança ocorrida em relação a valores

culturais, são alguns dos fenômenos que podem explicar estas alterações nas expectativas depositadas pela sociedade sobre os jovens. (FONTOURA; PINHEIRO. 2009. pág. 154)

Na tabela 7 é possível observar os números de nascimentos registrados entre 2003 a 2010 entre as mulheres jovens do RS, estratificando por diferentes grupos de idade:

Tabela 6: Distribuição nº. de registros de nascimento entre 2003 a 2010 no RS, por faixas etárias da juventude.

<b>Ano</b>	<b>Menos 15 nos</b>	<b>15 a 19 anos</b>	<b>20 a 24 anos</b>	<b>25 a 29 anos</b>
2003	1.288	28.272	40.626	34.770
2004	1.278	27.876	41.664	36.026
2005	1.183	27.070	39.862	35.181
2006	1.147	25.084	37.017	34.127
2007	980	22.707	33.815	33.307
2008	1.103	22.584	33.113	34.515
2009	980	21.863	32.736	33.774
2010	977	21.255	32.333	33.783
Total	8.936	196.711	291.166	275.483

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/> >

Observa-se que os números de nascimentos são maiores entre o grupo de mães em idade de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, seguindo tendência das sociedades modernas prolongamento da idade para a maternidade. Mas também podemos perceber um número relativos de jovens em idade entre 15 a 19 anos que se tornaram mães e um número relativo também de jovens mães com idade menos de 15 anos.

Para Fontoura e Pinheiro em alguns casos a gravidez na adolescência acaba sendo planejada ou desejada pelos jovens. Já que as jovens mães ou jovens pais vêm na maternidade ou paternidade uma maneira de virarem adultos, a partir do momento que começam a ter que assumir responsabilidades sobre os filhos.

Fontoura e Pinheiro ainda iram colocar que o fenômeno da gravidez na juventude é marco pela heterogeneidade, como observa-se a baixo:

A gravidez na adolescência é marcada pela heterogeneidade: pode-se dar no âmbito de uma relação estável ou não; pode gerar distintos arranjos familiares; pode alterar o percurso profissional ou não etc. (FONTOURA; PINHEIRO. 2009. pág. 155)

Neste sentido o fenômeno da gravidez deve ser analisado relacionando distintos fatores e procurando ver seu contexto e especificadas. Fontoura e Pinheiro ainda iram colocar:

É preciso ir além e trabalhar para a ressignificação da paternidade e da maternidade, a partir de valores mais igualitárias e da importância tanto da figura materna quanto da paterna para socialização das crianças. Os pais e as mães, independentemente da idade, devem compreender que seus papéis no plano afetivo, cognitivo, emocional e socializador são fundamentais para a formação de indivíduos sadios e completos. (FONTOURA; PINHEIRO. 2009. pág.163)

#### **5.4. Juventude e mortalidade no RS**

A partir dados retirados das estatísticas de registro civil de óbitos, disponível no site do IBGE. Foi possível analisar o número de óbitos entre a população jovem do Rio Grande do Sul, entre o período de 2003 a 2010. Na tabela abaixo é possível observar número total de óbitos entre a juventude gaúcha, estratificando por faixas etárias.

Tabela 7: Distribuição dos índices de óbitos no estado do RS entre 2003 a 2010, por faixa etária na juventude

<b>Ano</b>	<b>15 a 19 anos</b>	<b>20 a 24 anos</b>	<b>25 a 29 anos</b>	<b>Total</b>
2003	835	1.268	1.327	3.430
2004	905	1.309	1.288	3.502
2005	861	1.258	1.256	3.375
2006	840	1.304	1.256	3.400
2007	856	1.235	1.322	3.413
2008	827	1.290	1.394	3.511
2009	886	1.245	1.438	3.569
2010	842	1.204	1.380	3.426

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/> >

Na tabela acima se observa que número de óbitos entre a população jovem no RS tem se mantido regular deste de 2003, com pouca variação ao longo dos anos. O ano de 2009 é o que apresenta o maior número de óbitos entre os jovens com 3.569 e ano de 2005 o menor com 3.375 óbitos entre a juventude gaúcha. Também podemos notar pela estratificação por grupos de idade, que a faixa de 15 a 19 anos é possui os menores índices de registros comparados com as demais faixas de idade. Para os pesquisadores do IPEA Andréa Barreto Paiva, José Aparecido Ribeiro, Joelmir Rodrigues da Silva, Luciana M.S. Servo, Roberto Passos Nogueira e Sérgio F. Piola, a juventude se caracteriza da seguinte forma:

A adolescência é uma fase caracterizada pela adoção de novas práticas de comportamento, com a exposição a diversas situações e riscos presentes e futuros para a saúde. A exposição a fatores de riscos comportamentais – tabagismo, consumo de álcool, alimentação inadequada e sedentarismo – tem, com frequência, início na adolescência. Tais fatores estão associados ao desenvolvimento da maioria das doenças crônicas não transmissíveis, como os cardiovasculares, o diabetes e o câncer, que lideram as causas de óbito na vida

adulta no país e no mundo. (PAIVA; RIBEIRO; SILVA; SERVO; NOGUEIRA; PIOLA, 2009. pág. 135)

A tabela 9 traz um número de óbitos violentos registrados entre a população jovem do RS, entre 2003 a 2010. São considerados óbitos violentos os homicídios, acidentes de trânsito, etc. A importância de analisar estes tipos de óbitos deve-se ao fato que eles são a maioria das causas de mortalidade entre a população jovem do RS, colocando assim a juventude como uma fase de *risco de vida*.

Tabela 8: Distribuição dos índices de óbitos violentos no estado do RS entre 2003 a 2010, por faixa etária na juventude

<b>Ano</b>	<b>15 a 19 anos</b>	<b>20 a 24 anos</b>	<b>25 a 29 anos</b>	<b>Total</b>
2003	568	803	675	2.046
2004	606	862	659	2.127
2005	568	859	676	2.103
2006	527	817	605	1.949
2007	554	821	706	2.081
2008	529	822	777	2.128
2009	575	818	791	2.184
2010	568	821	751	2.140

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/> >

Observa-se na tabela acima que os números de óbitos violentos entre a população jovem do RS mantem-se regular entre o período de 2003 a 2010. Os maiores registros são referentes aos jovens de 20 a 24 anos e menores registro ficam na faixa etária de 15 a 19 anos. Para os pesquisadores do IPEA Helder Ferreira, Natália de Oliveira Fontoura, Luseni Aquino e André Gambier Campos colocam que idade de juventude no Brasil é considerada de alto risco, como podemos observar citação abaixo:

No Brasil, como ver-se á adiante, a violência ocasiona uma sobremortalidade nos adolescente e jovens – adultos do sexo

masculino, fazendo que, do ponto de vista sanitário, o período etário de 15 a 29 anos seja considerado de alto risco, quando poderia ser um dos mais saudáveis do ciclo de vital. ( FERREIRA; FONTOURA; AQUINO; CAMPOS. 2009.pág.195)

Como fatores da violência entre a juventude Ferreira, Fontoura, Aquino e Campos iram colocar:

Fatores como a expansão, diversificação e sofisticação da violência delitual nas grandes cidades, a disseminação do porte de armas de fogo, a generalização de uma “cultura da violência” e as grandes contradições sociais – especialmente o consumismo exacerbado em meio à restrições das oportunidades de inserção social via mercado de trabalho e às grandes desigualdades sociais – têm sido apontados como responsáveis por este quadro. ( FERREIRA; FONTOURA; AQUINO; CAMPOS. 2009.pág.201)

Seguindo a tendência nacional, observa-se que no RS o número de obtidos são maiores entre os jovens do sexo masculino. Como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 9: Distribuição dos índices de óbitos no estado do RS entre 2003 a 2010, por faixa sexo

<b>Ano</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
2003	2.644	786	3.430
2004	2.722	780	3.502
2005	2.624	751	3.375
2006	2.621	779	3.400
2007	2.674	739	3.413
2008	2.778	733	3.511
2009	2.743	826	3.569
2010	2.681	745	3.426

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/> >

Observa-se nas estatísticas de mortalidade estratificada por sexo se mantiveram regulares entre o período de 2003 a 2010. O ano 2008 foi registrado o maior número de óbitos entre os jovens do sexo masculino com 2.778 e ano de 2009 foi registrado maior número de mortos entre as jovens do sexo feminino com 826 óbitos.

## 6. METODOLOGIA

Para construção do banco de dados das políticas de juventude do RS foi consultado o Sistema Legis, no site da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. No Sistema mesmo encontra-se registrados todos os projetos de lei e decretos aprovados pela Assembléia Legislativa nas últimas décadas, por este motivo foi possível mapear as leis e decretos que regulamentam as políticas de juventude criadas a partir de 1988. Sendo possível assim criar um banco de dados das políticas de juventude no estado do RS.

Para a análise do perfil da juventude foram utilizados dados populacionais disponíveis no sites de Fundação de Economia e Estatística (FEE), índices de ocupação e desocupação da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e estatísticas de Registro Civil, ambos disponíveis no site do Instituto de Brasileiro de Geografia e Estáticas (IBGE). As tabelas foram de elaboração própria partir da ferramenta construção de tabelas do Microsoft Word 2003.

O recorte temporal para análise das políticas de juventude foi escolhido o ano de 1988; a constituição aprovada neste ano é a mesma que regulamenta o sistema político e administrativo do Estado brasileiros e suas unidades até os dias atuais. Por este motivo todas as políticas públicas de juventude criadas a partir deste ano possuem em comum a mesma base constitucional.

Para análise das políticas públicas de juventude, primeiramente estas foram classificadas por período cronológico em que foram criadas, usando como critério de recorte temporal o tempo de governo dos últimos oito governos estaduais deste de 1988:

- *Governo Pedro Simon (PMDB) – 15/03/1987 a 02/04/1990*
- *Governo Sinval Guazzelli (PMDB) – 02/04/1990 a 15/03/1991*
- *Governo Alceu de Deus Collares (PDT) – 15/03/1991 a 01/01/1995*
- *Governo Antônio Britto (PMDB) – 01/01/1995 a 01/01/1999*
- *Governo Olívio Dutra (PT) – 01/01/1999 a 01/01/2003*
- *Governo Germano Rigotto (PMDB) – 01/01/2003 a 01//01/2007*
- *Governo Yeda Crusius (PSDB) – 01/01/2007 a 01/01/2011*
- *Governo Tarso Genro (PT) – 01/01/2011 a atual*

Através da deste recorte cronológico, foi possível verificar quantas políticas de juventude cada governo criou.

Para classificação do tipo de política foi feito uma análise de discurso das políticas, através dos textos encontrados as leis e decretos que regulamentam as políticas. Com base nos critérios da tipologia criada por André Borges para classificação de políticas públicas no Brasil:

- *Política clientelista (I)*: é a política que possui um benefício privado com critério de locação político – partidário.
- *Política distributiva (II)*: é a política que possui um benefício público ou público local com critério de locação político – partidário.
- *política de focalização de recursos (III)*: é a política que possui um benefício privado, mas com critério de locação universal ou com base em indicadores sociais e econômicos.
- *política universalista (IV)*: é a política que possui um benefício público ou público local, com critério de locação universal ou com base em indicadores sociais e econômicos.

Durante o desenvolvimento do trabalho, surgiu a necessidade de criar mais um critério de locação para as políticas públicas, sendo o critério de locação com base em indicadores socioeconômicos.

Para a verificação, de qual padrão de política que foi mais predominante no estado do RS, foi feito uma tabela final quantificando todos os tipos de políticas de juventude criadas no estado no RS e subdividindo estas também por governos.

## 7. HIPÓTESES

As hipóteses que guiam este trabalho e que foram testadas aqui são:

1. As políticas de juventude analisadas a partir dos dados encontrados no Sistema Legis passaram por amplas discussões em plenário da Assembleia Legislativa do RS. Por este motivo para satisfazer todos os partidos e seguimentos da sociedade gaúcha, eles tendem a ser mais freqüentemente políticas universalistas.
2. A criação da Coordenadoria Estadual de Juventude do RS foi resultado de um crescimento linear as políticas de juventude durante dos governos estaduais a partir de 1988

## **8. ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO RS**

### **8.1. Governo Pedro Simon (PMDB) – 15/03/1987 a 02/04/1990**

No sistema legis da Assembléia Legislativa do RS, foi encontrado referente ao governo de Pedro Simon uma política com enfoque na juventude:

1) *Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CECA)*, criado através do decreto Nº. 33.505 no dia 30 de março de 1990. O conselho foi criado ligado diretamente a Secretária Especial Governo e sendo presidido pelo próprio governo, com composição de membros das outras instituições governamentais e membros da sociedade civil. Como se pode observar pelo artigo 1 do decreto:

§ 1º - O Conselho será presidido pelo Governador do Estado e terá como vice-presidente o Secretário Especial de Governo. (RIO GRANDE DO SUL. DECRETO Nº. 33.505. 1990).

Essa política classifica-se como uma *política distributiva (II)*, já que seu benefício público atingia toda a sociedade no processo de deliberação. Mas como o conselho ficou sob a presidência do próprio governo, esse poderia ser usado para fins particulares do partido que encontra no poder. Por isso seu critério de locação será político – partidário.

### **8.2. Governo Sinval Guazzelli (PMDB) – 02/04/1990 a 15/03/1991**

Não foi encontrado no sistema legislativo da Assembléia Legislativa, nem em sites das secretarias do governo do Estado alguma política tenha como público alvo a juventude, elaborada durante o governo de Sinval Guazzelli.

### 8.3. Governo Alceu de Deus Collares (PDT) – 15/03/1991 a 01/01/1995

Durante o governo de Alceu Colarres foi criado duas políticas com enfoque na juventude:

1) *Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDICA)*, criado a partir da aprovação da Lei. 9.831 em 19 de fevereiro de 1993. O mesmo tinha a função de deliberar, fiscalizar, coordenar e elaborar políticas públicas que tivesse como foco a criança ou o adolescente. O Conselho possuía mais autonomia em relação ao governo, comparado com o Conselho anterior da criança e adolescente. No artigo 4º esta previsto que são as entidades de sociedade civil devem realizar processo de eleição interno para escolha da presidência e vice-presidência do conselho. Como pode se observar no trecho abaixo:

Art. 4º - O Cedica elegerá, entre seus membros, por maioria de dois terços, o Presidente e o Vice-presidente, para mandato de um ano, permitida uma recondução. (RIO GRANDE DO SUL. LEI Nº. 9.831. 1993)

A Criação do CEDICA pode ser considerada uma *política universalista (IV)*, já que seu beneficia atinge todo o público da sociedade envolvido com a criança e adolescentes e seu critérios de locação são universais, a partir do momento que as entidades da sociedade civil possuem autonomia no processo de deliberação e eleição do presidente em relação ao governo.

2) *Juizados Regionais da Infância e da Juventude*, criado a partir da aprovação em 09 de junho de 1993 da Lei Nº. 9.896. Esta política também pode ser considerada como uma *política universalista (IV)*, já que seu benefício atinge toda a sociedade e seu critério de locação é universal, mas seguindo princípios da racionalidade burocrática.

#### 8.4. Governo Antônio Britto (PMDB) – 01/01/1995 a 01/01/1999

Durante o período do governo de Antônio Britto foram criadas no total de sete políticas tendo como enfoque o público jovem. Estas políticas foram:

1) *Programa Jovem-Riogrande Rural*: Programa criado a partir do Decreto Nº. 37.349 aprovado no em 15 de abriu de 1997. Tinha como público alvo a população jovem do campo, visando garantir trabalho e renda, capacitação e profissionalização, apoio financeiro, associativismo, produção e comercialização agropecuária, organização rural e bem-estar social a estes jovens. No decreto previa que o programa deveria ser executado pela Secretaria de Agricultura do Estado com o apoio técnico da EMATER<sup>11</sup>. Esta política pode ser considera como uma *política de focalização de recursos* (III), já que seu benefício é privado aos jovens individualmente e seus critérios de locação é universal, com base em indicadores sociais.

2) *Altera a competência dos Juizados Regionais da Infância e da Juventude, estabelecida na LEI Nº 9.896, de 09 de junho de 1993*. Estabelecida pela Lei Nº. 11.049 com entrada em vigor no dia 12 de dezembro de 1997. Esta política, como sua lei anterior, também pode ser considerada como uma *política universalista* (IV), possuindo benefício público e critérios de locação universal.

3) *Regulamentação da educação profissional para jovens e adultos e criação da Superintendência de Educação Profissional do Estado do RS*: política criada para regulamentar a educação profissional de jovens e adultos em instituições públicas e provadas. A partir da Lei Nº. 11.123, que entrou em vigor em 27 de janeiro de 1998. Esta política pode ser considera como uma *política universalista* (IV), já que seu benefício público buscava regulamentar todas as instituições de ensino e seu critério de locação é universal para todas as instituições que tenham cursos de qualificação profissional.

---

<sup>11</sup> EMATER-RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Informações em < <http://www.emater.tche.br/site/index.php> >

4) *Criação da Escola Estadual de 1º Grau Tom Jobim, no Centro da Juventude da FEBEM*, em Porto Alegre. Através do decreto nº. 38.250, em 26 de fevereiro de 1998. Pode-se caracterizar esta política como sendo uma *política universalista (IV)*, já que ela possui um benefício público local e seu critério de locação é universal, com base a demanda de uma região.

5) *Criação do Conselho Estadual da Juventude*, através do decreto nº. 38.592, em 15 de junho de 1998. Apesar de ser uma boa iniciativa do governo na época em criar um conselho específico para deliberar sobre políticas de juventude, porém o conselho em seu decreto de criação não possuía a autonomia necessária em relação ao governo e partidos. Como se observa pelo artigo 1 e 2 do decreto:

§ 1º - Poderão ser convidados a integrar o Conselho Estadual da Juventude os representantes abaixo relacionados:

- a) 01 (um) da UGES;
- b) 01 (um) da UEE;
- c) 01 (um) dos Jovens Empresários;
- d) 01 (um) dos Jovens Trabalhadores;
- e) 05 (cinco) da Juventude dos Partidos Políticos, com vagas preenchidas de maneira proporcional ao número de Deputados Estaduais na Assembléia Legislativa.

§ 2º - Um dos representantes do Governo do Estado, servidor público, exercerá a função de Secretário Executivo do CEJ. (RIO GRANDE DO SUL. DECRETO Nº 38.592.1998)

Observa-se que a composição do conselho é formada em sua maioria por representação das juventudes partidárias ligados a interesses políticos – partidários, em muitos casos atrelados a interesses de governo. Também se percebem que a representação da sociedade de civil e movimentos sociais é restrita apenas alguns seguimentos, deixando de lado grupos étnicos raciais, diversidade sexual, mulheres, juventude rural, Hip-Hop e outros. A partir desses dados é possível colocar esta política como sendo uma *política distributiva (II)*, apesar de possuir um tipo de benefício público para juventude,

mas seus critérios de locação estão ainda ligados a interesses políticos – partidários.

6) *Criação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Herbert de Souza, junto ao Centro da Juventude - FEBEM, no Município de Santo Ângelo.* Através do decreto nº. 38.604, em 23 de junho de 1998. Também se pode caracterizar esta política como sendo uma *política universalista (IV)*, já que ela possui um benefício público local e seu critério de locação é universal, de acordo com a demanda do município.

7) *Criação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Humberto de Campos, junto ao Centro da Juventude - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, em Santa Maria.* Através do decreto nº. 38.685 em 09 de julho de 1999. Esta política também será classificada como sendo uma *política universalista (IV)*, sendo seu benefício público local com critério de locação universal, de acordo com a demanda do município.

#### **8.5. Governo Olívio Dutra (PT) – 01/01/1999 a 01/01/2003**

Através do sistema legais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, foi possível verificar que durante o governo Olívio Dutra do PT houve seis políticas com enfoque na juventude e sendo uma delas a criação de escolas para Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentro de um programa de alfabetização elaborado na época pelo governo.

1) *Criação da Escola Estadual de Ensino Fundamental, no Centro da Juventude - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, localizada em Uruguaiana.* Através do decreto nº. 39272, em 29 de fevereiro de 1999. Esta política será considerada como sendo uma *política universalista (IV)*, tendo seu benefício como público local e critério de locação universal, por demanda do município.

2) *Criação Dia Estadual da Juventude Rural no dia 15 de julho, através da Lei nº. 11.361 em 27 de julho de 1999.* Esta política pode ser considerada como

uma *política universal (IV)*, já que seu benefício é público no reconhecimento simbólico de toda a juventude rural e seu critério de locação universal na sociedade.

3) *Criação do Programa Mutirão Universitário no Estado do Rio Grande do Sul*, através da Lei 11.629, em 19 de janeiro de 2001. Este programa de lei visa estimular convênios entre Estado e universidades públicas e privadas para projetos de extensão que permitam estudantes universitários a desenvolverem trabalhos de desenvolvimento social em comunidades carentes. Esta política pode ser classificada como *política universal (IV)*, já que seu benefício é público para as comunidades carentes toda a sociedade e seu critério de locação é universal para todas as universidades.

4) *Programa Primeiro Emprego*: criado a partir da Lei nº. 11.363 em 30 de julho de 2001. Este programa visa estimular a inserção de jovens a mundo do trabalho e sua escolarização, em idade de 16 a 24 anos. Através de convênios com empresas e cooperativas, o Estado se responsabiliza em pagar parte dos salários dos jovens contratos e liberando os empregadores de parte as responsabilidades trabalhistas. Esta política pode ser considera como sendo uma *política de focalização de recursos (III)*, já que seu benefício é privado para o jovem individualmente e seu critério de locação é universal, seguindo normas de indicadores sociais.

5) *Educação para Jovens e Adultos (EJA)*, durante o governo Olívio Dutra foram criadas 23 escolas para a educação de jovens e adultos, dentro de programa alfabetização elaborado pelo governo do estado. Esta política pode ser considera como *política universal (IV)*, já que seu benefício é público para a população atingida por esta política e seus critérios de locação são universais, seguindo indicadores sociais de analfabetismo.

6) *Criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)*; criada a partir da Lei. 11.646, em 10 de agosto de 2001. Apesar da criação da UERGS se tratar de uma política na área de educação, mas uma parcela significativa de jovens foi beneficiada por esta política. Esta política será considerada como

uma *política universalista (IV)*, tendo seu benefício de público para sociedade gaúcha e critério de locação universal, segundo critérios burocráticos – racionais (vestibular, indicadores socioeconômicos e etc).

#### **8.6. Governo Germano Rigotto (PMDB) – 01/01/2003 a 01//01/2007**

Pelo sistema legis da Assembléia Legislativa do RS, foi possível verificar a criação de quatro políticas tendo como foco o público jovem durante o governo de Germano Rigotto.

1) *Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude – CPPJ*: O conselho foi criado através do decreto 42.316, em 03 de julho de 2003. O conselho foi criado para deliberar, coordenar e elaborar políticas públicas para a juventude. Mas é previsto no decreto que o conselho será composto por membros indicados pelo governo, prejudicando desta forma a representação e autonomia das entidades de sociedade civil. Por este motivo esta política será classificada como uma *política distributiva (II)*, apesar de seu benefício ser público para sociedade no processo de deliberação, mas seu critério de locação é político – partidário, segundo os interesses do partido que está no governo.

2) *Regularmente a concessão de crédito para juventude rural*: Criado através da lei nº. 11.944, em 22 de junho de 2003. Tem como público alvo jovens com idade entre 18 a 32 anos e que comprovem estarem ligados a atividades agrícolas do meio rural. Esta política pode ser considerada como uma *política focalização de recursos (III)*, já que seu benefício é privado para jovens agricultores e seus critérios de locação são universais, segundo indicadores sociais.

3) *1º Crédito para a Juventude Rural do Rio Grande do Sul*: criado em 18 de fevereiro de 2004, através do decreto nº. 42.919. Visa atingir jovens com idade entre 18 a 32 anos, que comprovem estarem ligados a atividades agrícolas do campo. Esta também será classificada como *política de focalização de recursos (III)*, sendo seu benefício privado e segue critérios de colocação universais, através de indicadores sociais.

4) *Estatuto da Juventude do Estado do Rio Grande do Sul*: Criado em 22 de dezembro de 2006, através lei nº. 12.682. Considera como jovem indivíduo em idade de 18 a 29 anos e reconhece ao jovem o direito de vida digna, trabalho, educação, saúde, sexuais e reprodutivos, recreação, integração e reinserção social, participação social e política, informação, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, prestação a serviço voluntário e também estabelece os deveres dos jovens à defesa da paz, pluralismo político e religioso, dignidade humana e respeito a diversidade étnica e religiosa. Esta política pode ser classificada como sendo uma *política universal (IV)*, tendo benefício público a todos os jovens e critério de locação universal a todos os jovens.

#### **8.7. Governo Yeda Crusius (PSDB) – 01/01/2007 a 01/01/2011**

No sistema legis da Assembléia Legislativa do RS, foi possível verificar a existência de três políticas para a juventude durante o governo de Yeda Crusius.

1) *1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude*: Criada pelo decreto nº. 45.282, em 13 de março de 2008. A conferência constitui um espaço de participação social e deliberação sobre as políticas de juventude. Esta atividade foi elaborada com parceria com a Secretaria Nacional de Juventude. Pode-se considerar está política como sendo de característica de uma *política universal (IV)*, já que seu benefício é público para toda a sociedade no processo de deliberação e seu critério de locação é universal, uma vez que permite a participação de todos aqueles envolvidos de alguma maneira no debate sobre políticas públicas para juventude.

2) *Comitê Gestor da modalidade Projovem Urbano do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM*: criado a partir do decreto nº. 45. 849, em 03 de setembro de 2008. Criado com a intenção de coordenar a execução do programa PROJOVEM do governo federal no Estado. Sua composição é composta de representantes da Secretaria de Educação, Secretaria de Justiça

e Desenvolvimento Social, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretaria de Relações Institucionais e pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude. Estas políticas podem ser consideradas como *políticas distributiva (II)*, seu benefício é público para os jovens alvos da política, mas seu critérios de locação é político – partidário, já que a composição é feita apenas por membros do governo.

3) *Assegura aos estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino regular e aos jovens com até 15 anos o direito ao pagamento de meia-entrada em atividades culturais e esportivas e dá outras providências*: estas políticas foram criadas a partir da Lei nº. 13.104, em 23 de dezembro de 2008. Podemos considerar esta política como sendo uma *política de focalização de recursos (III)*, já que seu benefício é privado para os jovens, mas seu critério de locação é universal dentro do público jovem.

#### **8.8. Governo Tarso Genro (PT) – 01/01/2011 a atual**

Para mapeamento das políticas públicas para juventude no governo atual foi consultado o sistema legis da Assembléia Legislativa do RS e também o site da coordenadoria da juventude do Estado.

1) *II Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude*: A conferência foi convocada pelo decreto nº. 47.889, em 10 de março de 2011. Esta política será, como a conferência anterior, classificada como uma *política universal (IV)*, tendo seu benefício público para toda a juventude e critérios de locação como universal, no processo de participação da conferência.

2) *Ação Estadual de Incentivo à Cultura e à Arte Hip Hop*; criado a partir da Lei nº. 13.901, em 09 de janeiro de 2012. Esta lei apesar estar mais ligado à área cultura, mas sabe-se que maior parte dos praticantes da cultura Hip Hop são grupos de jovens. Esta lei facilita a criação de convênios entre grupos de praticante do Hip Hop com escolas públicas ou privadas e outros entidades, na elaboração de projetos sócio-educativos. Esta política pode ser considerada como uma política universalista (IV), já seu benefício é público para os grupos

praticantes da cultura Hip Hop e seu critério de locação é universal para todas as escolas públicas ou privadas e demais entidades que tiverem o interesse de estabelecer convênios na área.

3) *Dia da consciência jovem*; criado a partir da Lei nº. 13.902, em 10 de janeiro de 2012. Esta lei é importante para o reconhecimento simbólico das causas juvenis. Pode-se considerar esta política como sendo de caráter de uma *política universalista (IV)*, já seu benefício é público para toda a sociedade seu critério de locação é universal.

4) *Estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de drogas em shows culturais esportivos voltados para o público infante-juvenil*; política criada a partir da Lei. 13.907 em 10 de janeiro de 2012. Esta política pode ser considerada como uma *política universalista (IV)*, já seu benefício é público e critério de locação é universal em shows e eventos.

5) *Programa Universidade para Todos no Rio Grande do Sul - PROUNI RS*; criado a partir da Lei. Nº. 14.038, em 06 de julho de 2012. Este programa visa oferecer bolsas em universidades comunitárias a partir 2013. Apesar de ser uma política de educação, um número significativo de jovens é beneficiado por ela. Esta política pode ser considerada como sendo uma *política de focalização de recursos (III)*, tendo seu benefício como privada aos estudantes, mas com critério de locação universal, com base em indicadores socioeconômicos.

6) *Criação da Coordenadoria de Juventude do RS*; a coordenadoria foi criada no início do governo em 2011, sendo ligada a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do estado. A coordenadoria foi criada para coordenar, executar e elaborar políticas públicas para a juventude em âmbito estadual. Esta política pode ser considerada como sendo *política distributiva (II)*, já seu benefício é público para toda a população jovem, mas seu critério de locação é político – partidário, já que escolha do coordenador fica a critério do governo.

7) *Rede casas da juventude*; trata-se da construção de centros de recreação para juventude em territórios pacificados em comunidades carentes. As casas da juventude possibilitaram a o atendimento aos jovens destas comunidades com desenvolvimento de atividades esportivas, culturais, lazer, sócio-educativas e cursos de profissionalização. Esta política pode ser considerada como uma *política universalista (IV)*, já que seu benefício será público para todas as comunidades atingidas e critério de locação será universal com base em indicadores sociais e econômicos.

8) *Bolsa juventude rural*; Trata-se de um recorde do programa *RS mais Igual*<sup>12</sup>, que visa combater a extrema pobreza do meio rural. Este programa visa dar um auxilia-bolsa enquanto o jovem cursa o ensino médio ou algum curso técnico agrícola. Podem-se considerar estas políticas como sendo uma *política de focalização de recursos (IV)*, já que seu benefício é privado e seu critério de locação é universal, com base em indicadores sociais e econômicos.

9) *Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Legal*: Trata-se de um projeto da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humano (SJDH) em conveio com Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Este programa visa beneficiar 2000 mil jovens em idade entre 14 a 24 anos em situação vulnerabilidade social, através da oferta de cursos profissionalizantes e contratação em empresas conveniadas ao programa. Esta política pode ser considerada como uma *política de focalização de recursos (III)*, já seu benefício é privado para os jovens e seu critério de locação é universal, com base em indicadores sociais e econômicos.

---

<sup>12</sup> Programa de erradicação da extrema pobreza, lançado pelo governo do Estado em Junho de 2011. Informações em: < <http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/> >.

## 9. QUANTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO RS

A partir da construção do banco de dados das políticas de juventude no estado do RS, foi possível verificar quantas políticas públicas de juventude ou que dialogam com a população jovem, foi produzido nas últimas duas décadas do estado e também foi possível subdividi-las por governos.

Tabela 10: Número total de políticas de juventude por governos

<b>Governos</b>	<b>Nº de políticas de juventude</b>
Governo Pedro Simon	1
Governo Sinval Guazzelli	0
Governo Alceu Collares	2
Governo Antônio Britto	7
Governo Olívio Dutra	6
Governo Germano Rigotto	4
Governo Yeda Crusius	3
Governo Tarso Genro	9
Total	32

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados do Sistema Legis da Assembleia Legislativa do Estado do RS.

Disponível em: < <http://www.al.rs.gov.br> >

Na tabela acima é possível verificar que desde 1988 foram produzidas 32 políticas de juventude no Estado do Rio Grande do Sul. O governo atual de Tarso Genro é o que até o momento mais se produziu políticas de juventude com o total de nove políticas, em seguida vêm o governo de Antônio Britto com 7 e de Olívio Dutra com o total de 6 políticas. Podemos verificar não houve um crescimento linear das políticas de juventude no estado do RS, já que observamos que os governos de Germano Rigotto e Yeda Crusius produziram menos políticas os governos anteriores de Antônio Britto e Olívio Dutra.

Desta forma a hipótese lançada anteriormente, que a criação da Coordenadoria de Juventude do Estado do RS, seria resultado de um crescimento das políticas de juventude durante os governos é falsa. Podemos atribuir a criação da coordenadoria a outros fatores, onde podem ser identificados em futuras pesquisas sobre o tema com a aplicação de outros métodos de pesquisas.

Para verificação do padrão de tipo de políticas de juventude mais freqüente no estado do RS foi construída uma tabela dividindo as políticas de juventude por governos e tipos de políticas públicas, de acordo com a tipologia de usada neste estudo.

Tabela 11: Tipos de Políticas por governos

Tipo de pol.	Gov. Pedro Simon	Gov. Sinval Guazzelli	Gov. Alceu Collares	Gov. Antônio Britto	Gov. Olívio Dutra	Gov. Germano Rigotto	Gov. Yeda Crusius	Gov. Tarso Genro	Total
Pol. I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pol. II	1	-	-	1	-	1	1	1	4
Pol. III	-	-	-	1	1	2	1	2	7
Pol. IV	-	-	2	5	5	1	1	6	20

Fonte: elaboração do próprio autor a partir dos dados coletados do Sistema Legis da Assembléia Legislativa do Estado do RS.

Disponível em: < <http://www.al.rs.gov.br> >

Pela tabela acima podemos observar que as *políticas universalistas* são as mais predominantes do estado do Rio Grande do Sul, com o total de 20 *políticas universalistas* produzidas deste de 1988. Em seguida aparece as *políticas de focalização de recursos* com o total de 7 políticas e em terceiro aparece as *políticas distributivas* com o total de 4 políticas produzidas.

Nota-se que as políticas do tipo clientelistas não apareceram neste estudo, uma possível explicação deste fenômeno pode ser que as políticas

clientelistas ocorrem na maior parte dos casos em uma relação pessoal e direta entre o político e seu eleitor, não passando por normatizações técnicas e jurídicas. Como o banco de dados das políticas de juventude foi construído com base no Sistema Legis da Assembléia Legislativa, onde encontra-se registrado apenas as políticas com normatização técnica. Desta forma as *políticas clientelistas (I)* não foram possíveis de serem verificadas, sendo necessário a realização de outras pesquisas de campo, com a utilização de técnicas de pesquisa qualitativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo não almeja dar respostas definitivas a problemática colocada aqui, mas visa sugerir a importância de estudar as características e tipos de políticas de juventude que veem sendo produzidas no estado do RS. A análise realizada visa dar contribuições iniciais para este objeto, levando em conta que a mesma foi feita no tempo hábil disponível e contou com recursos e conhecimento de aluno de nível de graduação.

Esse trabalho foi, inicialmente, desenvolvido com objetivo de realizar uma descrição das políticas de juventude nos governos estaduais do Rio Grande do Sul pós 1988, procurando analisar também os tipos de políticas que foram produzidas. Dessa forma a pergunta que orientou esse trabalho de pesquisa foi: Quais tipos de políticas públicas de juventude que foram predominantes dos governos estaduais do Rio Grande do Sul pós 1988?

Para alcançar a resposta a essa pergunta, foi inicialmente construído um banco de dados das políticas de juventude do estado do RS, através do Sistema Legis da Assembléia Legislativa e essas políticas foram classificadas em ordem cronológica, usando como referência os governos em que foram criadas e também foram classificadas e analisadas com base no modelo teórico e analítico criado pelo cientista político André Borges. As políticas foram classificadas em quatro tipos: *política clientelista (I)*, *política distributiva (II)*, *política de focalização de recursos (III)* e *política universalista (IV)*.

As hipóteses testadas deste trabalho foram:

1. As políticas de juventude analisadas a partir dos dados encontrados no Sistema Legis passaram por amplas discussões em plenário da Assembléia Legislativa do RS. Por este motivo para satisfazer todos os partidos e seguimentos da sociedade gaúcha, elas tendem a ser mais freqüentemente *políticas universalistas*.
2. A criação da Coordenadoria Estadual de Juventude do RS foi resultado de um crescimento linear as políticas de juventude durante dos governos estaduais a partir de 1988.

Através da análise de dados retirados da FEE e IBGE, foi possível verificar que a juventude deste dos anos 70 compõem 1/4 da população do estado do RS. Também foi possível verificar que a população jovem do Rio Grande do Sul, encontra-se em situação de vulnerabilidade social, sofrendo de altas taxas de desocupação, índices elevados de registro gravidez entre as jovens mulheres e uma taxa consideravelmente alta de registro de número de óbitos, principalmente entre os homens onde aparece com taxas de óbitos violentos mais elevados em relação às jovens mulheres.

Na análise das políticas de juventude no RS foi registrado no total de 32 políticas de juventude criadas deste de 1988. Nesta análise foi possível verificar que a primeira hipótese é verdadeira, já que 20 destas políticas são de caráter universalista. Já a segunda hipótese é falsa, pois foi possível verificar que não houve um processo de crescimento linear das políticas de juventude no estado do Rio Grande do Sul. Desta a forma a criação Coordenadoria Estadual de Juventude deve-se a outros fatores, que serão possíveis de serem identificados em futuros trabalhos sobre o tema, com uso de outros métodos de investigação.

Também foi possível verificar neste trabalho que nenhuma das políticas analisadas era de características clientelistas. Mas isto pode ser resultado, que no Sistema Legis foi somente possível mapear políticas que passam por critérios técnicos de normalização. Como as políticas clientelistas possuem características de relação pessoal e direta entre eleitor e candidato, estas não se encontram registradas, sendo necessário à realização de uma pesquisa campo com o eleitorado para identificação destas políticas em futuros trabalhos.

Portando, conclui-se neste trabalho que a população jovem do Rio Grande do Sul forma um setor considerável da população total do estado. Esta também se encontra em situação de vulnerabilidade social, com demandas legítimas que devem ser respondidas pelo governo estadual na forma de políticas públicas e sociais, que possam melhorar as condições de vida dos jovens gaúchos. Também se conclui neste trabalho que o legislativo e governo estadual produzem políticas pensadas em critérios universais para todos os

jovens, demonstrando que o Estado possui mecanismos burocráticos que impedem a criação de políticas de caráter clientelistas.

Para finalizar pode-se considerar que o campo de pesquisa de políticas de juventude é abrangente, tendo poucos trabalhos feitos até o momento sobre as políticas de juventude do RS, principalmente estudos que possam demonstrar processos de participação social na elaboração de políticas públicas para juventude, impactos e efetividade nestas políticas nas condições sociais e econômicas da população jovem do RS. Deste modo, verificamos a necessidade de realizar de mais estudos sobre as políticas de juventude no estado do RS, para que se possa ter uma idéia da real influência destas políticas na vida política do Estado e principalmente na vida dos jovens gaúchos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: Punks e darks espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMO, Helena Abramo; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005

AQUINO, Luseni. *Introdução*. In: CASTRO; AQUINO; ANDRADE. (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília. IPEA, 2009.

BORGES, André. *Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses*. Rev. Sociologias Nº24: 120 – 157 AGO. 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia: juventude é apenas uma palavra*. Rio de Janeiro: MarcoZero, 1983. p. 112-121.

CASTRO, Mary Garcia; AMBRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer política – políticas de/para/com juventudes*. Rev. Brasileira de Estudos de População Nº 19: 19 – 46 JUL. 2002. Disponível em:

[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol19\\_n2\\_2002/vol19\\_n2\\_2002\\_4artigo\\_p19a46.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_4artigo_p19a46.pdf)> Acesso em: Agosto de 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná. *Juventude Rural no Brasil: Processos de exclusão e construção de um ator político*. Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales Nº 1: 179 – 208 JUN: 2009: Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v7n1/v7n1a08.pdf>> Acesso em Outubro de 2012.

CARNEIRO, José Maria; CASTRO Elisa Guaraná. (ORG). *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro. Editora Mauad X, 2007.

FERREIRA, H.; FONTOURA, N.O.; AQUINO, L.; CAMPOS, A.G. *Juventude e políticas de segurança pública no Brasil*. In: CASTRO; AQUINO; ANDRADE. (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília. IPEA, 2009.

FONTOURA, Natália Oliveira; PINHEIRO, Luana Simões. *Síndrome de juno: gravidez, juventude e políticas públicas*. In: CASTRO; AQUINO; ANDRADE. (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília. IPEA, 2009.

GONZALEZ, Roberto. *Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída?*. In: CASTRO; AQUINO; ANDRADE. (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília. IPEA, 2009.

NOVAES, Regina Célia Reyes. *Prefácio*. In: CASTRO; AQUINO; ANDRADE. (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília. IPEA, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e políticas e públicas no Brasil*. REV. Brasileira de Educação N° 24: 16 – 39 SET: 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf> > Acesso em Outubro de 2012.

PAULILO, Maria Angela Silveira. *Juventude e políticas sociais públicas*. In: JEOLÁS; PAULILO; CAPELO. (Org.). *Juventude, desigualdades e diversidade*. Londrina. Editora eduel, 2007.

PAIVA, A. B.; RIBEIRO, J. A.; SILVA, J.R.; SERVO, L.M.S.; NOGUEIRA, R.P.; PIOLA, S.F. *Jovens: mortalidade, fatores de risco e políticas de saúde*. In: CASTRO; AQUINO; ANDRADE. (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília. IPEA, 2009.

Sites consultados:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (ALRS). *Sistema Legis*. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/>>. Acesso em Outubro de 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Câmara aprova o Estatuto da Juventude*. Brasília, 05 de Outubro de 2011. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/DIREITOS-HUMANOS/203600-CAMARA-APROVA-O-ESTATUTO-DA-JUVENTUDE.html>>. Acesso em Outubro de 2012.

COORDENADORIA ESTADUAL DA JUVENTUDE. Arquivos. Disponível em: <<http://juventuders.wordpress.com/>>. Acesso em Novembro de 2012.

EMATER-RS. *Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Disponível em: <[www.emater.tche.br](http://www.emater.tche.br)>. Acesso em Novembro de 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *Estatísticas populacionais do RS*. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_populacao.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php)>. Acesso em novembro de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Mensal de Emprego*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm)>. Acesso em Novembro de 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). *Nossa Primeira Terra*. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito/2444654>>. Acesso em outubro de 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). *Programa Bolsa Família*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em Outubro de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Disponível em: Disponíveis em:

<[http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=124&Itemid=140](http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140)> . Acesso em Outubro de 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO (MP). *Lei Nº 11.363, de 30 de Julho de 1999. Institui o Programa Primeiro Emprego.* Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id287.htm>>. Acesso em Outubro de 2012.

RS MAIS IGUAL. *Apresentação.* Disponível em: <<http://www.rsmaisigual.rs.gov.br>>. Acesso em Novembro de 2012.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). *Pronaf Jovem.* Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/guia/principais-programas-de-juventude/pronaf-jovem>>. Acesso em Outubro de 2012.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA). *Estatísticas de registro civil.* Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/regciv/default.asp?z=t&o=27&i=P>>. Acesso em novembro de 2012.